

O processo de ascensão política da Grã-Bretanha ocorrido do século XVII ao XIX: uma explicação a partir de jogos de *payoff* variável e do realismo ofensivo

Lucas Grassi Freire; Luiz Feldman; Bernardo de Jesus Moretzsohn;
Maíra von Sperling A. Colen; Pedro Gazzinelli Colares;
Walter José Aguiar Mendes; Gustavo Horta Palhares*

RESUMO

Este artigo objetiva abordar a formação de redes como interessante instrumento para se analisar fenômenos transnacionais no âmbito das Relações Internacionais. Para tanto, considera conceitos como transnacionalismo e interdependência complexa e procura compreender as mudanças no papel do Estado na contemporaneidade e suas implicações para a emergência de atores transnacionais no ambiente internacional. Em seguida, procura demonstrar como esses conceitos implicam a articulação de atores dispersos pelo sistema, num possível modo de abordar o fenômeno, por meio da formação de redes transnacionais. Por fim, sugere e justifica tal forma de abordagem como poderoso instrumental metodológico e analítico trazido ao campo das relações internacionais contemporâneas.

Palavras-chave: Ação coletiva; Teoria dos jogos; Luiz Orenstein; Realismo ofensivo; John J. Mearsheimer; Alianças; História das Relações Internacionais; Grã-Bretanha.

* Graduandos em Relações Internacionais pela PUC Minas. Colen e Colares são também graduandos em Direito pela UFMG; Mendes é também graduando em Direito pela Faculdade Milton Campos. Moretzsohn é também graduando em Administração pela UFMG; Freire é também graduando em Ciências Econômicas pela UFMG.

Alianças não são as amizades da política internacional. (Martin Wight, *A política do poder*)

A guerra tem importância crucial para o Estado. É o reino da vida e da morte. Dela depende a conservação ou a ruína do império. Urge bem regulá-la. Quem não reflete seriamente sobre o assunto evidencia uma indiferença condenável pela conservação ou pela perda do que mais se preza. (Sun Tzu, *A arte da guerra*)

O presente artigo tem como objetivo pesquisar o processo de ascensão da Grã-Bretanha no período compreendido entre a metade do século XVII, época da paz de Westphalia, e o início do século XIX, quando do Congresso de Viena.¹ Para tanto, foi desenvolvida uma seção dedicada a pontuar conceitos de Sociologia e de Teoria de Relações Internacionais e de inter-relacioná-los, analisando, por esse instrumental, o segmento histórico proposto.

Por meio do estudo de trabalhos de historiadores como Paul Kennedy (1989) e Giovanni Arrighi (1996), é possível inferir uma série de fatores responsáveis pela afirmação da Grã-Bretanha como uma grande potência. Dentre eles, destacam-se: o controle dos mercados; o sistema financeiro for-

¹ Este artigo é uma adaptação de um trabalho multidisciplinar apresentado às disciplinas Sociologia II, História das Relações Internacionais II e Teoria das Relações Internacionais I, do 2º período do curso de Relações Internacionais da PUC Minas, em novembro de 2003. Os autores registram seu agradecimento ao apoio e à orientação dos professores Eugenio Diniz, Matilde de Souza e Júlio César Buére.

(moeda forte e crédito internacional); a grande força naval; e a situação sular britânica. Na defesa de seus argumentos, os autores apresentam situações históricas que teriam antecedido e proporcionado o fortalecimento itânico no cenário internacional, relatando nesse processo diversas guerras tropéias relevantes no período.

Observando esses conflitos, é possível notar uma estratégia internacional predominante na política britânica em tempos de guerra: a formação de alianças continentais financiadas pelo capital britânico, enquanto a marinha se ocupava do domínio dos mares e das colônias dos seus inimigos. Essa constatação leva ao seguinte questionamento: há alguma relação entre a formação e manutenção de alianças e o sucesso obtido pela Grã-Bretanha no decorrer dos séculos XVII e XVIII?

Este artigo se insere nessa esfera de discussão, utilizando-se da contribuição feita à Teoria dos Jogos por Luiz Orenstein (1998) e da Teoria Realista ofensiva proposta por John J. Mearsheimer (2001) como instrumentos de análise e de fundamentação da hipótese proposta: propõe-se que a habilidade da Grã-Bretanha de se engajar nas alianças em um momento próximo à meia-vida de tempo de um Modelo Orenstein, valendo-se, no engajamento, de estratégias tais como o *buckpassing* mearsheimeriano, foi decisiva para sua ascensão como grande potência no período de um século (1650-1750).

Deve-se ressaltar que essa ascensão é decorrente de um processo político-social, e não apenas um acontecimento isolado ou repentino. Assim, é necessário analisar fatos ocorridos a partir do século XVII, quando do início das ações que podem ser identificadas como o marco da estratégia de política internacional inglesa objetivada em sua ascensão. Além disso, pretende-se, com uma breve análise dos desdobramentos posteriores a 1750 até a época do Congresso de Viena (1815), denotar a consolidação da preponderância britânica na política internacional do século XIX.

A fusão das noções dos jogos de *payoff* variável de Orenstein (1993 e 1998) com a teoria realista ofensiva de Relações Internacionais e, mais especificamente, com o estudo da formação e da manutenção de alianças entre os atores internacionais, fusão esta feita visando-se a uma análise de acontecimentos históricos, é uma contribuição original deste artigo.

Os conceitos abordados pela hipótese estão definidos na seção subsequente a esta introdução, seção que foi designada visando a fornecer subsídios para a interpretação histórica posterior. Considerações finais são tecidas a respeito dos resultados da pesquisa bibliográfica.

ASPECTOS TEÓRICOS

Ação coletiva e o jogo de *payoff* variável

A Teoria dos Jogos estuda a tomada de decisão por parte dos jogadores e as conseqüências geradas por essa ação. Jogo deve ser entendido, em Ciências Sociais, como a interação entre dois ou mais atores.² O comportamento de um ator pode ser premiado ou punido ao ser combinado ao comportamento de outro ator. Esse “prêmio” chama-se *payoff* (DAVIS, 1997, p. 3-10). Diz respeito ao princípio da racionalidade individual, segundo o qual o indivíduo escolhe o curso de ação que lhe proporciona mais satisfação (um alto *payoff*).

O jogo mais abordado nas Ciências Sociais envolve duas maneiras de se jogar: cooperar com o outro ator ou não. Essas maneiras são chamadas de estratégias. Diz-se que uma estratégia é dominante se um ator a emprega independentemente do que o outro ator faça.

É dito que no jogo supracitado (o Dilema do Prisioneiro) a estratégia dominante é não cooperar, adotando-se, assim, o comportamento carona (*free-rider*).³ Segundo Olson (1999), isso ocorre porque os indivíduos realizam, ao agir, um cálculo de custo-benefício. Se eles entendem que receberão maior *payoff* ao não cooperarem, então não cooperarão, a não ser que fatores externos levem-nos a fazer o contrário. Trata-se da seguinte lógica: “Na obtenção de um bem coletivo, o indivíduo racional prefere a força da união ao seu esforço isolado, mas prefere ainda mais a primeira hipótese sem a sua participação, pois com isso pode obter benefício sem custos” (ORENSTEIN, 1993, p. 63). Nesse jogo, o ator que não coopera recebe maior *payoff* (a vitória no jogo) do que aquele que coopera. Assim, ambos os atores decidirão não cooperar e receberão *payoffs* inferiores aos da vitória, porém, superiores ao *payoff* que um deles receberia, caso cooperasse e o outro não.

Segundo Orenstein (1998), é no intuito de solucionar o problema do Dilema do Prisioneiro e de explicar a possibilidade da cooperação que se tem produzido vasto material em Teoria dos Jogos. Esse autor propõe solução inovadora para o problema da ação coletiva, por meio de uma nova forma de jogo, uma variação do Dilema do Prisioneiro.

² Os jogos abordados neste artigo são jogados por apenas dois atores: os casos analisados tratam, basicamente, de interações entre a Grã-Bretanha e um aliado.

³ Ver, por exemplo, a exposição de ORENSTEIN (1998) acerca das primeiras formulações sobre o Dilema do Prisioneiro de *payoff* constante.

A idéia básica é que um bem coletivo tem por origem a necessidade de superar um mal coletivo cujo custo é variável com o tempo. A hipótese de que a deserção universal implica a permanência do *status quo* (...) ou na conclusão do jogo (...) deixa de ser válida, passando a intervir um outro tipo de dinâmica. (...) Mesmo que a situação original seja a do Dilema do Prisioneiro, com o tempo a decisão de cooperar vai se tornando cada vez mais provável. (ORENSTEIN, 1998, p. 11-12)

Orenstein afirma que, com a variação do *payoff*, a transformação do jogo leva a uma situação que obriga a adoção de estratégias mistas e que a estratégia pura de cooperação é mais provável que a de deserção. “Em síntese, a ação do tempo pode fazer com que o Dilema do Prisioneiro não permaneça como representação válida, evoluindo para estruturas mais favoráveis ao comportamento cooperativo” (ORENSTEIN, 1993, p. 65). A esse modelo decidimos chamar Modelo Orenstein. O período de tempo no qual a cooperação passa a ser estratégia mais viável que a deserção se define aqui por faixa ótima de tempo.

O Realismo Ofensivo de John J. Mearsheimer

A teoria desenvolvida por John J. Mearsheimer, que define o Realismo Ofensivo,⁴ é baseada em cinco premissas centrais, a partir das quais o autor constrói sua explicação sobre as ações dos Estados na política internacional. Estas premissas são:

- a) o sistema internacional é anárquico;
- b) grandes potências têm capacidade ofensiva;
- c) há incerteza sobre as intenções dos outros Estados;
- d) o principal objetivo de um Estado é assegurar sua sobrevivência; e
- e) os Estados são atores racionais.

⁴ Sobre as diferenças entre sua Teoria Realista Ofensiva e a Teoria Realista Defensiva, cujo expoente é Kenneth N. WALTZ, MEARSHEIMER (2002) nota que “I agree with Waltz that structure determines how states behave. In other words, it's the structure of the international system that causes states to compete for power (...). But the fundamental difference between the two of us is that I believe that states seek hegemony. I believe that they're ultimately more aggressive than Waltz portrays them as being. The goal for states is to dominate the entire system. To put it in colloquial terms, the aim of states is to be the biggest and baddest dude on the block. Because if you're the biggest and baddest dude on the block, then it is highly unlikely that any other state will challenge you, simply because you're so powerful” (vídeo).

Explicam-se essas premissas da seguinte maneira: na falta de um organismo ou Estado regulador da política internacional, essa ocorre em ambiente anárquico, no qual os interesses individuais dos Estados devem ser defendidos por eles próprios. Sendo assim, buscam desenvolver capacidades que os tornem vigorosos, particularmente no campo militar. Constantemente dando manutenção e aperfeiçoando seus recursos militares, os Estados constituem sua capacidade de defesa de seus domínios e também de ataque militarizado a outros territórios. Constituem, portanto, sua capacidade ofensiva. A relação dos Estados entre si é marcada pela incerteza de um em relação às intenções dos outros. Por isso, por mais que fluxos de informação sejam importantes, um Estado nunca é capaz de ter plena consciência das estratégias, dos planos e das intenções de outros Estados quanto aos elementos da política internacional e, especialmente, desconhece as intenções dos outros atores quanto a si mesmo. Nesse ambiente anárquico, no qual as capacidades militares são desenvolvidas e as intenções alheias desconhecidas, o objetivo primário dos Estados deve ser sua sobrevivência, de modo que planejam sua postura quanto aos mais diversos assuntos da política internacional tendo em vista o imperativo de sua segurança que só pode ser garantida por meio da aquisição de poder. Ainda, Mearsheimer considera que as grandes potências são atores racionais, de modo que planejam e perseguem o que consideram como as melhores estratégias para serem bem-sucedidos na obtenção de mais poder no ambiente anárquico, incerto e militarizado em que se situam.⁵

Dessa forma, essas cinco premissas sobre os Estados no sistema internacional se traduzem em uma busca pela maximização do poder pelas potências, que, em última análise, pode ser compreendida como uma tentativa por hegemonia global. Essa tentativa de maximização do poder é uma atitude racional dos atores. Ao buscarem a sobrevivência, aderem à lógica do imperativo da segurança, segundo a qual devem se fortalecer relativamente aos outros atores, precavendo-se contra as ameaças postas por esses e garantindo a integridade e a segurança de suas posses. Em suma, o interesse dos Estados é a busca pela posição de potência hegemônica. Essa idéia remete a um pensamento de Josef Stalin, segundo o qual uma fronteira só é segura quando um

⁵ "When you talk about the balance of power, you're really talking about military power and the use of military force – that's all bound up with this concept of the balance" (MEARSHEIMER, 200 [video]).

mesmo país domina ambos os seus lados. Por essa ótica, a lógica ofensiva de maximização do poder se justifica.

No esforço por se tornarem hegêmonas regionais, para que, invulneráveis em sua região, possam perceber-se mais confortáveis para se lançarem à disputa global, os Estados devem necessariamente analisar as forças (militares e econômicas, por exemplo) que atuam em sua região, de modo a fazerem um apurado cálculo da agressão. O cálculo da agressão refere-se à análise que um Estado faz sobre conjuntura na qual se insere, determinando como um Estado deve se portar para evitar que outros Estados de sua vizinhança se tornem superpotências, ou, no caso da busca pela hegemonia global, para evitar que quaisquer outros Estados do globo se fortaleçam o suficiente para contestar sua hegemonia.

Uma hierarquia de objetivos é, assim, confeccionada pelos comandantes dos Estados, que, além da hegemonia regional, almejam a máxima riqueza e superioridade nas forças de combate.

A Teoria dos Jogos e o Realismo Ofensivo

O instrumental da Teoria dos Jogos pode ser utilizado para estudar negociações políticas (VARIAN, 2003, p. 535; BREMER; REGAN; CLARK, 2003, p. 3-7). Na Microeconomia, é usado para estudar o comportamento econômico em mercados oligopolizados. As comparações que Kenneth N. Waltz (1979) faz entre o sistema internacional e os oligopólios permitem a utilização desse recurso para a análise da interação entre os atores internacionais em termos, por exemplo, de alianças.

No caso da política internacional, os jogadores são Estados e pressupõe-se que sejam racionais e unitários. Waltz (1979) denomina a interação entre esses atores de esforços externos. Há grandes problemas de ação coletiva nessa interação via esforços externos: o dilema da formação das alianças (que trata, basicamente, do início de uma aliança, quando o Estado ainda busca certezas para aderir, de fato, à cooperação na aliança) e o dilema da permanência nas alianças (que aborda as possibilidades de engajamento em uma aliança, quando é questionado o grau ideal de engajamento para o Estado na aliança). Isso ocorre porque, como ressalta Wight (2002, p. 117), as alianças não são as amigas da política internacional, não podendo ser desprovidas de interesses particulares por parte dos seus integrantes.

Pode-se afirmar que um alto *payoff* significa aumento da segurança dos

atores.⁶ Herz (1950), Waltz (1979) e Mearsheimer (2001) concordam que o objetivo dos Estados é maximizar sua segurança. A tensão entre esses dois últimos não reside nessa premissa, mas na discussão sobre quais seriam os melhores meios para esse fim. Mearsheimer defende, como anteriormente exposto, que, para que a segurança seja maximizada, é necessário que se aumente o poder de um Estado. Assim, aumento do poder e aumento de segurança estão entrelaçados nas considerações subseqüentes acerca das variações de *payoff*.

A análise a ser feita sob a ótica da Teoria dos Jogos irá considerar, como Snyder (1984), que os dilemas de aliança são dois jogos similares. Ocorre, porém, que, se um jogo envolve dois atores A e B, para que, entre esses atores, aconteça o dilema da permanência nas alianças, é preciso que eles já sejam aliados entre si. A análise histórica apresentada neste trabalho considera, basicamente, que o início de uma aliança e o desenvolvimento dela são dois jogos diferentes, ainda que sejam do mesmo tipo e entre os mesmos atores.

Supondo três países A, B e C e pressupondo atores racionais, se C inicia uma guerra com B, A se aliará a B a partir do momento em que se “sentir”, de alguma forma, ameaçado por desdobramentos do conflito que lhe sejam desfavoráveis, *ceteris paribus*. Com isso, segue-se que aumenta o poder relativo de A em relação a C, bem como o de B, por ter um aliado na luta contra seu inimigo. O aumento da ameaça a A serve como agente modificador do *payoff*, ocorrendo na faixa ótima de tempo já definida neste trabalho.

Dentro de uma aliança entre A e B, a situação se configura de forma semelhante. Em um momento inicial do conflito entre B e C, A tende a evitar, o engajamento, no intuito de transferir os custos de segurança para seu aliado. Essa situação inicial configura “atitude *buckpassing*” (conceito elaborado por Mearsheimer), o efeito carona de Olson. Se, entretanto, durante o conflito, A se sentir muito ameaçado, provavelmente adotará uma estratégia mista ou até mesmo um alto engajamento na aliança. Tais ações são plenamente plausíveis durante a faixa ótima de tempo.

“Sentir-se” ameaçado é um indicador de mudança do *payoff*: o Estado hipotético em questão apresentava determinado curso de ação e resolve mudá-lo por causa do aumento da ameaça futura que o desdobramento desse curso

⁶ Sobre os dilemas de aliança e sobre a segurança como o objetivo dos esforços externos, ver SNYDER (1984) e WALTZ (1979), respectivamente, e WALTZ ([1959] 2001, cap. 7), para ambos os assuntos.

a ação poderia apresentar, *ceteris paribus*. Verifica-se, assim, que “os agentes interagem estrategicamente e os resultados esperados para cada configuração no vetor de decisões se alteram com o passar do tempo” (ORENSTEIN, 1993, p. 72).

Mearsheimer ressalta que, malgrado o *buckpassing* seja a estratégia dominante em uma aliança, alguns fatores o tornam extremamente arriscado, dentre eles, a sua realização em tempo inábil para a contenção do adversário, tornando o balanceamento ineficiente. Por isso, é importante observar que se a realização da cooperação na faixa ótima de tempo do Modelo Orenstein implica maior *payoff*, então, uma vez que a ação adequada é tomada no tempo adequado, esse risco do *buckpassing* diminui.

As duas situações hipotéticas supracitadas serão utilizadas para a análise histórica da ascensão britânica à situação de destaque na Europa. Em algumas situações, é mais difícil perceber a atuação da Grã-Bretanha na faixa ótima de tempo, pelo fato de ter início pouco tempo depois do começo do conflito. Em outras, a espera da Grã-Bretanha pelo desgaste do aliado e do adversário evidenciam de maneira mais explícita a atuação na faixa ótima de tempo. Nesses acontecimentos, se a capacidade do aliado e da Grã-Bretanha forem semelhantes, *ceteris paribus*, a cooperação em um momento inicial liquida o adversário, mas transforma o aliado em adversário potencial. Na faixa ótima de tempo, entretanto, o aliado e o inimigo já terão sofrido considerável desgaste e o engajamento da Grã-Bretanha, após o conflito, a torna vencedora e mais poderosa que o aliado e que o inimigo. Mearsheimer denomina essa técnica de “sangria” (*blood letting*).⁷

Houve, também, momentos em que a Grã-Bretanha soube agir na faixa ótima de tempo e, além disso, transferir os custos de sua segurança para o aliado. Estabeleceu uma aliança, mas não se engajou, até a faixa ótima de tempo. Depois, passou a se engajar, porém, exercendo *buckpassing*, apenas enviando recursos para o aliado, mas não envolvendo diretamente suas forças armadas no conflito.

⁷ Conceito desenvolvido por Mearsheimer em: MEARSHEIMER, John J, *The tragedy of great power politics*, p. 154-155, cap. 5.

Aplicação do Realismo Ofensivo à ascensão britânica: uma visão geral

A Grã-Bretanha soube, por meio do período histórico analisado neste trabalho, manejar suas características geográficas e seu desenvolvimento social e político em favor da busca de seus objetivos como potência. Inicialmente, deve-se considerar sua posição geográfica na região à qual pertence. Separado do continente europeu pelo Canal da Mancha, tendo o Oceano Atlântico a oeste e o Mar Norte a leste, porções de água que o fazem ilha, o país conta com o que Mearsheimer denomina o poder paralisador da água, que torna bastante difícil que potências com interesses de invadi-lo ocupem seu território, posto que nele desembarcariam sob oposição.⁸ Isso direciona os esforços britânicos no sentido marítimo, determinando sobre essa base seus interesses.

Buscando a hegemonia regional, a estratégia britânica para o plano internacional era pensada de modo que influísse negativamente na situação de seus concorrentes ao páreo de superpotência (desde Espanha e Holanda até França, Áustria e Prússia, entre outros). A lógica se desenvolve da seguinte maneira: percebendo a possibilidade de que um país europeu em guerra contra outro se fortalecesse demais, acumulando recursos que posteriormente poderiam ser usados em uma disputa direta contra si, o Reino Unido se aliava e alocava recursos ao outro país contendor. Desse modo, impedia que o primeiro acabasse vencendo a guerra e assim se fortalecesse, ao tempo que, esperando o momento ideal de iniciar sua ajuda ao outro país, impedia que este, no fim, obtivesse sensíveis vantagens após se apropriar dos recursos do perdedor e, enfim, diminuísse suas desvantagens relativas em relação à Grã-Bretanha. Transferindo os custos de sua segurança ao aliado continental, ganhava bastante em sua relação de poder com esse. O enfraquecimento de ambos os lados contendores, controlado pelos britânicos, permitia que nenhum fosse efetivamente beneficiado com a guerra, nem o aliado que já havia se desgastado e que não teria tantos ganhos relativos nem tampouco seu

⁸ "Large bodies of water profoundly limit the power-projection capabilities of land forces. When opposing armies must cross a large expanse of water such as the Atlantic Ocean of the English Channel to attack each other, neither army is likely to have much offensive capability against its rival, regardless of the size and quality of the opposing armies. The stopping power of water is of great importance not just because it is a central aspect of land power, but also because it has important consequences for the concept of hegemony" (MEARSHEIMER, 2001, p. 83-84).

inimigo, cujas ambições eram contidas com o apoio britânico. Essa estratégia de *buckpassing* foi extremamente útil para o Império Britânico, uma vez que, apesar de ter tido um alto custo financeiro, garantiu seus ganhos relativos e, logo, a constante expansão de seu poder.

O *buckpassing*, segundo Mearsheimer, é uma estratégia bastante preferível à entrada efetiva nas disputas como um dos lados contendores, uma vez que isso desgasta as capacidades militares e o desempenho econômico, podendo ter resultados demasiadamente desvantajosos para o Estado.

Com efeito, cientes dessa noção, os *policy makers* britânicos souberam aliar o poder paralisador da água e suas capacidades ofensivas (como a excelente marinha), que determinavam sua situação distinta daquela das outras potências européias envolvidas em lógicas terrestres, com uma apurada capacidade de manipular os atores continentais, ora apoiando um ora outro, mas, em geral, conseguindo evitar o surgimento de outra grande potência.

‘A ASCENSÃO BRITÂNICA NOS SÉCULOS XVII A XIX

Desde a Paz de Westphalia, em 1648, a Grã-Bretanha desenvolveu uma estratégia política baseada principalmente na manutenção da balança de poder continental ao mesmo tempo em que transferia os custos de segurança e cooperação para os seus aliados, o *buckpassing*. No entanto, isso não foi o bastante para determinar a considerável e constante ascensão britânica que teve princípio a partir de Westphalia e culminou com a sua transformação em grande potência européia ao final das Guerras Napoleônicas e com o estabelecimento dos acordos do Congresso de Viena. A capacidade britânica de engajar-se em uma cooperação no momento apropriado (faixa ótima de tempo), de forma a obter benefícios maiores a custos menores, teve papel fundamental em todo o processo.⁹

Assim, o Reino Unido assistiu durante sete anos (1648-1655) à guerra entre França e Espanha sem dela tomar parte. O equilíbrio de poder entre os dois Estados, no entanto, fez com que o conflito aos poucos causasse enor-

⁹ O fracasso britânico em levar adiante uma guerra contra os colonos na América do Norte no qual não contava com aliados continentais com os quais dividir os custos do conflito demonstra a importância desse fator no cálculo estratégico das ações em política internacional. Ver KENNEDY (1989).

mes desgastes militares, econômicos e políticos para os contendores, de modo que “os dois adversários pareciam boxeadores tontos, segurando-se mutuamente num estado próximo da exaustão e incapazes de acabar com o outro” (KENNEDY, 1989, p. 64). Percebe-se a atitude de “sangria” por parte dos britânicos. Nesse momento, no entanto, a Grã-Bretanha viu a oportunidade perfeita de entrar no conflito ao lado da França, o que lhe permitiria pôr fim à tentativa de domínio espanhol ao mesmo tempo em que lhe proporcionaria tomar parte nos ganhos derivados da vitória. O fato de que ambas as potências já se encontravam desgastadas, sofrendo de revoltas internas, de pestes, e de enorme desestruturação econômica, garantiu ganhos relativos aos britânicos que não precisaram se desgastar tanto ao longo do conflito e puderam expandir seus domínios coloniais às custas dos espanhóis. Quatro anos mais tarde (1659) o conflito terminava, com a Espanha deixando definitivamente a lista das potências de primeira grandeza, ao mesmo tempo em que a França vencedora precisava agora arcar com os enormes custos e reestruturar seu ambiente interno.

O período da Paz de Westphalia até o início do século XVIII marcou a Grã-Bretanha com lutas e embates domésticos. Os britânicos tiveram que lidar com alguns confrontos referentes à Revolução Inglesa e com a revolta da Irlanda. Entretanto, apesar do desgaste sofrido com esses processos, suas conseqüências, combinadas com o desenvolvimento do comércio exterior e com os avanços da Revolução Industrial, geraram resultados significativamente favoráveis à Grã-Bretanha nos períodos subseqüentes:

paradoxalmente, foi nos anos da Commonwealth e da Restauração⁴ que se assentaram as bases firmes para o surgimento, em 1688, de uma Inglaterra de prosperidade sem precedentes, um ator muito mais importante na política internacional do que havia sido no início do século, com uma elite ampla acostumada a participar da formulação da política nacional. (WILLS JR., 2001, p. 230)

No final desses embates, Guilherme de Orange assume o governo. Esse fato desagradou sobremaneira aos franceses, que se colocaram em guerra contra as tropas sob o comando do holandês. Na Irlanda ainda havia algum apoio ao rei inglês, que contava com a ajuda da França para tentar retomar o governo. “Em 1689 e 1690, a presença permanente de tropas holandesas [na Grã-Bretanha] causou alguns ressentimentos. O envolvimento enorme do poderio militar e naval da Inglaterra para a guerra contra a França não foi uni-

versalmente popular" (WILLS JR., 2001, p. 239-240). A política de impostos altos para o financiamento dessa guerra (imposta por Guilherme de Orange) diminuiu de certa forma seu prestígio.

Esses embates com os franceses anunciavam o advento de um século inteiro de rivalidade entre a Grã-Bretanha e a França.

Após 1688, a Inglaterra esteve em guerra contra a França, quase ininterruptamente, por vinte e cinco anos e a extensão do seu envolvimento militar no continente se ampliou de forma drástica. A Inglaterra manteve um exército numeroso e a marinha mais ampla e poderosa do mundo. Os imperativos da guerra significavam que o Estado devia melhorar sua capacidade de extrair e de mobilizar a riqueza nacional e, como na França, as capacidades administrativas da Inglaterra foram consideravelmente expandidas para esse propósito entre 1688 e 1713. (LAYNE, 1993, p. 19)¹⁰

Fica claro que a Grã-Bretanha soube utilizar a emulação dos processos bem-sucedidos na França para melhorar o seu poder de administração e de alocação dos recursos para a utilização militar.

Outro exemplo da distinta capacidade britânica de manejar a balança de poder em seu favor e da sua habilidade em determinar os momentos propícios para se estabelecer uma aliança e cooperar com outros Estados é encontrado no episódio entre França, Reino Unido e as Províncias Unidas, que se estende pelo decorrer da década de 1670. Em 1672, inicia-se a terceira Guerra Anglo-holandesa, o que estimula a França a realizar um ataque aos holandeses, esperando apoio dos britânicos devido a um tratado secreto firmado entre os dois Estados em 1670. No entanto, os britânicos, preocupados com um possível fortalecimento francês, rompem o pacto com esses, negociando a paz com os holandeses em 1674, iniciando sua reaproximação com a Holanda. A guerra entre franceses e holandeses, por outro lado, perdura até 1678 "minando os recursos dos dois adversários, enquanto a Grã-Bretanha colhia os benefícios da neutralidade, capitalizava os infortúnios de seus rivais

¹⁰ "After 1688, England was at war with France almost continuously for twenty-five years and the extent of its military involvement on the continent increased dramatically. England maintained a sizeable standing army and the largest and most powerful navy in the world. The imperatives of war meant that the state had to improve its ability to extract and mobilize the nations' wealth and, as in France, England's administrative capabilities were greatly expanded for this purpose between 1688 and 1713" (LAYNE, 1993, p. 19). Para uma contestação da posição de Layne em relação à emulação e a outras estratégias, e o papel dessas no declínio de grandes potências, ver WOHLFORTH, 1999.

e ampliava o alcance de seus tentáculos ultramarinos” (PADFIELD *apud* ARRIGHI, 1996, p. 110-117).

A tendência apresentada até então pela política externa britânica persiste também em todo o período que vai desde o início da Guerra de Sucessão Espanhola em 1701 até o final da Guerra dos Sete Anos em 1762, período do qual a Grã-Bretanha emerge já com o controle de um império colonial muito maior do que o de qualquer outra potência européia, além do domínio praticamente absoluto dos mares (do ponto de vista militar e econômico), obtendo ganhos relativos consideráveis ao longo de todo o período em comparação com qualquer outra das potências européias.

Em 1701 a aliança entre a França e a Espanha (devido à ascensão do neto de Luiz XIV ao trono espanhol) causa um impacto significativo no equilíbrio da balança de poder dentro do continente europeu, alarmando tanto os seus vizinhos continentais quanto a Grã-Bretanha. O receio causado pela possibilidade de uma França capaz de exercer liderança sobre os demais Estados fez com que os custos envolvidos na cooperação baixassem (faixa ótima de tempo para a cooperação no Modelo Orenstein). Surge então uma aliança entre a Grã-Bretanha, Holanda e Áustria para fazer frente aos franceses e espanhóis. No entanto, os britânicos foram capazes de transferir satisfatoriamente os custos da cooperação para seus aliados continentais, por meio de subsídios e de empréstimos às forças armadas deles, de forma que o desgaste seria centrado nos países continentais. O equilíbrio de forças fez com que nenhum dos lados fosse capaz de vencer o outro, de forma que doze anos depois as potências européias estavam dispostas a estabelecer a paz e a pôr fim aos enormes gastos com operações militares. No campo marítimo, contudo, a Grã-Bretanha detinha uma superioridade considerável, de modo que ao final do conflito os britânicos foram os maiores beneficiados pelos acordos de Utrecht (1713) e de Rastadt (1714) tendo conquistado Gibraltar, Minorca e a Nova Escócia, além de concessões comerciais na América, tomadas dos franceses e espanhóis. Ao mesmo tempo, os britânicos mantiveram o equilíbrio de forças no cenário europeu continental e, assim, promoveram o desgaste dos rivais.

Nas duas décadas seguintes, o equilíbrio de poder na Europa foi mantido por uma aliança entre Grã-Bretanha e França (o que constitui mais um exemplo da capacidade britânica de cooperar nos momentos propícios, voltando à competição quando os custos se elevam), que se associaram em diversas questões, receosos com seus próprios processos de sucessão e avaliando ne-

gativamente qualquer perturbação no *status quo*, que consideravam mutuamente vantajoso. Além disso, a França precisava se recuperar dos enormes prejuízos causados pela guerra anterior, guerra que havia provocado um aumento considerável da dívida externa. Assim, ambos os países empregaram a força para impedir uma política expansionista espanhola sobre a Itália em 1719, entre outros. O discurso do primeiro ministro inglês Robert Walpole em 1723 indica o quão comprometido com a estratégia de *buckpassing* o Reino Unido estava: “Minha política consiste em nos manter livres de quaisquer engajamentos pelo máximo de tempo que pudermos”.¹¹

Em 1741 uma nova ameaça representada pela aliança entre França e Prússia em um conflito contra a Áustria leva os britânicos a cooperarem uma vez mais, de forma a garantir a manutenção do equilíbrio de poder na Europa. Aqui, como no passado, a estratégia de transferência dos custos de segurança (*buckpassing*) e de cooperação na faixa de tempo ótima se fazem notar, uma vez que o auxílio britânico aos austríacos vinha principalmente na forma de subsídios ou na contratação de exércitos mercenários, bem como no pagamento de incentivo remunerado para que a Prússia deixasse o conflito momentaneamente. Kennedy exprime a estratégia britânica do período da seguinte maneira:

Os subsídios britânicos foram usados para manter os austríacos sob controle, para pagar mercenários para a proteção de Hanover, e mesmo para custear um exército russo para defender os Países Baixos. Era, pelos padrões do século XVIII, uma maneira cara de travar uma guerra, e muitos ingleses reclamaram da crescente tributação, e do aumento de três vezes da dívida nacional. Aos poucos, porém, esse método foi forçando uma França ainda mais exausta a uma paz de concessões. (KENNEDY, 1989, p. 113)

Enquanto isso, o Reino Unido tirava proveito de sua expressiva capacidade marítima e do desvio dos recursos franceses para a guerra para conquistar sistematicamente as possessões francesas no além-mar, expandindo o seu comércio e ganhando acesso a novas riquezas e matérias-primas. O discurso de um nobre inglês da época ilustra claramente a política externa vigente no Reino Unido:

¹¹ Tradução livre do inglês: My politics are to keep free from all engagements for as long as we possibly can – GILBERT – To the Farewell Address p. 22 citado em MEARSHEIMER, 2001.

Lorde Bolinbroke resumiu sucintamente o pensamento Britânico em relação a quando se comprometer com o continente, em 1743: “Nós deveríamos nos engajar pouco no continente, e nunca nos envolvermos em uma guerra terrestre, a menos que a conjectura seja tal, que nada além do peso da Grã-Bretanha seja capaz de impedir que balança de poder seja drasticamente alterada”. (MEARSHEIMER, 2001, p. 261)¹²

Quando a paz é alcançada em 1748, França e Áustria estão ainda mais desgastadas, e os franceses precisam adicionalmente lidar com o enorme aumento da dívida externa, o que demonstra como os britânicos, novamente, foram os maiores beneficiados do conflito, acumulando vantagens comparativas.

Quando, em 1755, ocorre uma retomada dos conflitos que origina a Guerra dos Sete Anos, a Grã-Bretanha emprega de forma bem-sucedida a estratégia utilizada anteriormente. Aliando-se com a Prússia para fazer frente à coalizão formada pela Rússia, Áustria e França e oferecendo aos seus aliados generosas somas de dinheiro, armas e outros suprimentos, os britânicos são outra vez capazes de desgastar as potências continentais por meio dos sangrentos e custosos combates ao longo de sete anos, enquanto o seu domínio naval mantém sua expansão. Como resultado da guerra, a Áustria encontrava-se completamente falida, a França e a Prússia contabilizavam um alto número de mortos, enquanto os franceses, adicionalmente, perderam diversas possessões ultramarinas. A Grã-Bretanha, por sua vez, havia conquistado vantagens nas Antilhas e na África Ocidental, e dominava agora a maior parte do continente norte-americano e fortalecia sua posição relativa dentro do sistema, de tal modo que a França só conseguiu se recuperar expressivamente sob a tutela de Napoleão Bonaparte, vários anos mais tarde. Da mesma forma, Prússia e Áustria tiveram recuperação lenta, encontrando-se em posição ainda fragilizada no momento em que ocorre a Revolução Francesa.

Abordando a política internacional no século XVIII e indicando a consciência francesa sobre a participação britânica no jogo de poder continental, Watson afirma

¹² Tradução livre do inglês: “Lord Bolinbroke succinctly summarized British thinking about when to commit to the continent in 1743: We should take few engagements on the continent, and never those of making a land war unless the conjecture be such, that nothing less than the weight of Britain can prevent the scales from being quite overturned” PARES, Richard – American versus Continental Warfare, 1739-1763 *English Historical Review* 51, n. 203 (July 1936) p. 430 – citado em MEARSHEIMER, 2001.

policy makers franceses sentiam e por vezes argüiam publicamente que a idéia de balanço de poder, apesar de formulada de diferentes formas por diferentes estrangeiros, era fundamentalmente anti-francesa. Isto seria simplesmente outra maneira de dizer que a França permanecia, efetiva ou potencialmente, o mais poderoso país na Europa. Homens de Estado britânicos estavam a par disso, e jogavam seu peso razoavelmente consistentemente contra a França através do período. (WATSON, 1992, p. 200)¹³

Desdobramentos da estratégia britânica

Tamanho foi o desgaste vivenciado pelas potências continentais em decorrência dos vários anos de conflito que mais de uma década foi necessária para que disputas surgissem novamente. Surgiu, porém, um conflito no continente americano, a Guerra de Independência dos Estados Unidos da América (EUA) (1776-1783). As dificuldades enfrentadas pela Grã-Bretanha na Guerra de Independência dos Estados Unidos da América demonstraram a importância da capacidade britânica de cooperar nos momentos propícios e também de se aproveitar de sua posição geográfica fora do continente para influenciar a balanço de poder europeia por meio da política de alianças, manejando com sucesso processos de balanceamento e de transferência de custos.

A partir de 1778, quando os conflitos entre os colonos norte-americanos e os britânicos assumiram o caráter de uma guerra, a Grã-Bretanha passou a lidar com problemas estratégicos aos quais não estava acostumada. A política externa francesa, essencialmente contrária à sua, ofereceu apoio aos colonos, dificultando as tentativas britânicas de pôr fim à revolta, que, devido ao boicote imposto aos produtos britânicos e ao fim da arrecadação de impostos, prejudicava ainda mais o governo de Londres.

Duas contingências estratégicas com as quais a Inglaterra teve de lidar durante a guerra de independência americana acabaram por selar definitivamente o fracasso dos esforços britânicos em manter as treze colônias da América do Norte. A primeira delas era a dificuldade intrínseca existente na supressão das revoltas na América. A necessidade de uma operação militar

¹³ Tradução livre do inglês: "French policy makers felt and sometimes publicly argued that the Idea of the balance of power, though formulated in different ways by different foreigners, was fundamentally anti-French. This was only another way of saying that France remained, actually or potentially, the strongest power in Europe. British statesmen were aware of this, and threw their weight fairly consistently against France throughout the period".

continental massiva para subjugar os rebeldes americanos, aliada a todas as inúmeras e sérias dificuldades logísticas, de comunicação e de planejamento envolvidas em se manter um conflito a 4.500 quilômetros de distância representados pelo Oceano Atlântico, voltavam contra a Inglaterra o poder paralisador da água que tanto havia trabalhado em seu favor.¹⁴ A segunda dificuldade estava na incapacidade da Inglaterra de valer-se nesse conflito daquilo que até então havia sido o seu maior trunfo. A possibilidade de manejar uma coalizão efetiva contra os inimigos escusando a Inglaterra de ter que arcar ativamente com os custos do conflito. Devido à natureza essencialmente naval e ultramarina do conflito, as demais potências continentais dentro da Europa não se viam ameaçadas pela França ou interessadas em ajudar a Inglaterra, de modo que a Grã-Bretanha teve que conduzir as disputas sozinha. Os resultados negativos logrados pelos britânicos nesse conflito são um reflexo da impossibilidade da adoção da estratégia que vinha sendo empregada até então pela Grã-Bretanha, de modo que ao final de 1783 os EUA surgiam como Estado independente e a França havia recuperado algumas de suas colônias. Esse breve revés, no entanto, não foi suficiente para reverter todos os ganhos acumulados pelo Império Britânico no período anterior, de forma que o seu comércio voltava a se expandir, impulsionando ainda mais a economia daquele Estado. “A aceitação da perda da América é o ponto a partir do qual se pode dizer que a Grã-Bretanha tenha se tornado uma potência madura; pois a maturidade na política internacional pode talvez ser definida como a limitação voluntária dos objetivos” (WIGHT, 2002, p 153).

Em 1793, irromperam as Guerras Napoleônicas, o último e decisivo teste imposto ao poderio britânico em sua trajetória de ascensão, prolongando-se até 1815. Incapaz de oferecer um enfrentamento significativo nos primeiros anos que sucederam à Revolução Francesa, a Grã-Bretanha adotou o embate naval, sobretudo nos domínios coloniais franceses, conquistando-os sistematicamente enquanto uma porção considerável da Europa continental caía sob domínio francês. Havia pouca unidade entre os membros das três coalizões organizadas pelos britânicos, exceto no que concerne à necessidade de subsídios britânicos para custear a guerra. Enquanto o bloqueio continental imposto pela França (1808/1811-1812) impossibilitava a Grã-Bretanha de co-

¹⁴ “My argument is (...) that it’s impossible for any one state to be a global hegemon, to dominate the entire globe. The globe is just too big, and there are huge power projection problems associated with the bodies of water that separate the various regions of the world” (MEARSHEIMER, 2002 [video]).

merciar com a Europa, as crescentes possessões coloniais em todo o mundo ajudavam a sustentar a economia britânica. O conflito continuou sem que alguma das potências detivesse a capacidade de desferir um golpe fatal sobre a outra, até que a derrota do Grande Exército Napoleônico na Rússia, associada à crescente resistência espanhola na primeira metade da década de 1810, deu à Grã-Bretanha o momento ideal para o fortalecimento e a consolidação de uma firme coalizão contra Napoleão. Enormes subsídios na qualidade de armamentos, suprimentos e empréstimos foram concedidos a espanhóis e posteriormente a outros Estados que desejassem resistir ao domínio francês. Esses esforços levaram o domínio francês a um termo.

Sobre os conflitos entre a França napoleônica e a Grã-Bretanha, Watson avalia que “no auge da dominação de Napoleão os únicos Estados genuinamente independentes que restavam na Europa eram a Rússia, [...] e a Grã-Bretanha, que se mantinha mais ou menos continuamente em guerra contra ele, e os otomanos” (WATSON, 1992, p. 234),¹⁵ e ainda que “a Grã-Bretanha era um Estado-ilha capaz de derrotar no mar, e portanto de manter sua independência de uma forma que a Holanda não foi capaz” (WATSON, 1992, p. 234).¹⁶

Novamente, a grande beneficiada pelos resultados do conflito foi a Grã-Bretanha, que emergia, então, como potência econômica destacada dos outros Estados europeus, detendo grande poderio naval e vários domínios coloniais, enquanto todos os outros países europeus encontravam-se desgastados pelos custos no processo de derrubada da França napoleônica.

A mentalidade de se aproveitar de sua situação geográfica para transferir os custos em uma aliança continuou a influenciar a política externa britânica de forma marcante até os momentos que antecederam a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), apesar de isso desagradar a alguns militares.¹⁷

¹⁵ Tradução livre do inglês: “At the height of Napoleon’s dominance the only genuinely independent states left in Europe were Rússia, [...], Britan, which was more or less continually at war with him, and the ottomans”.

¹⁶ Tradução livre do inglês: “Britain was an island state able to defeat Napoleon at sea, and thus to maintain its independence in a way that Holland was not”.

¹⁷ TUCHMAN ([1962] 1994, p 53-65) relata que, no período de 1906 a 1912, houve um longo processo de negociação entre os britânicos e os franceses, a respeito de uma ação conjunta caso a Bélgica tivesse sua neutralidade violada pela Alemanha, no qual devia ficar claro que a Grã-Bretanha não tinha a intenção de se comprometer. Militares britânicos ficaram surpresos ao descobrirem que não havia planos preparados para tal ação. O processo de negociação resultou em um documento altamente evasivo e repleto de elipses, para que agradasse a ambos os lados.

Procurou-se explicar a ascensão política da Grã-Bretanha que ocorreu da segunda metade do século XVII e culminou com o alcance da condição de destaque na política internacional do século XIX. Tal explicação foi feita por meio de uma análise da ação coletiva proposta em um Modelo Orenstein, que consiste em jogos de *payoffs* variáveis ao longo do tempo. Para tal, também se utilizou o Realismo Ofensivo de John J. Mearsheimer como ferramenta de análise. Afirmou-se que a Grã-Bretanha soube se aproveitar das estratégias adequadas no período de tempo adequado, acumulando sistematicamente poder relativo e, conseqüentemente, mais segurança, segundo o Realismo Ofensivo.

A afirmação inicial foi desenvolvida a partir de uma análise do comportamento da Grã-Bretanha nas políticas de alianças no período histórico recordado, no qual esse Estado soube, ao longo de sua trajetória histórica, fazer do fator tempo e do *buckpassing* importantes instrumentos na manutenção da balança de poder a ela favorável. Evitando envolvimento direto nos conflitos da época aqui abarcada, articulou sua influência no cenário europeu de maneira a delinear um contexto político conveniente às suas aspirações. Uma breve análise dos desdobramentos posteriores ao período pesquisado revelou as conseqüências do mencionado sucesso britânico na política de alianças: do Congresso de Viena (1815) em diante uma consolidação da posição de destaque na política internacional feita a partir do poder já acumulado.

Pode-se, portanto, afirmar que o processo de ascensão britânica nesse período de pouco mais de um século, aliado aos seus desdobramentos por aproximadamente mais cinquenta anos, foi influenciado diretamente pela capacidade da Grã-Bretanha de cooperar nos momentos propícios, retirando-se de suas associações quando as vantagens não mais superavam os custos. Soma-se a isso a habilidade no manejo da balança de poder e na transferência dos custos incorridos na cooperação e na política de alianças, de forma a conceder à Grã-Bretanha bases sólidas para aumentar as suas vantagens comparativas em relação às demais potências do sistema, propiciando seu estabelecimento, no início do século XIX, como uma grande potência do cenário europeu.

A Grã-Bretanha pôde suprimir os vultosos riscos dessa estratégia sabendo agir no momento certo. À mercê de sua grandiloquência, caíram Holanda e Espanha, enquanto a França, por duas vezes, sofreu danos consideráveis ao tentar afirmar-se na liderança, em detrimento dos desígnios britânicos.

Essa incessante busca de preponderância, ou de sua manutenção, caracte-

rizou sua política externa naquele século, evidenciada na assertiva do general russo Kustonov ao questionar a prudência de se destruir completamente Napoleão: "A sucessão não ficará com a Rússia, nem com qualquer outra potência continental, mas com a potência que já controla os mares, e cujo domínio seria intolerável" (citado em KENNEDY, 1989, p. 140).

ABSTRACT

This paper aims at explaining Great Britain's ascension between the second half of the 17th century and the 19th century, when it reached an outstanding position in international politics. It is claimed that such explanation can be put forward by the use of the 'variable payoff game' proposed by Luiz Orenstein, together with elements of John J. Mearsheimer's Offensive Realism Theory. Orenstein admits in his model that the initial defection strategy adopted by the actors changes due to payoff variations through time. There is a period of time in which cooperation implies larger payoff than desertion. Offensive Realism presents some reasons for which cooperation through alliances could become desirable in a certain period of time. In the analysed historical period, Great Britain was keen to take advantage of this strategy, transferring, whenever possible, the costs of the alliances' safety, accumulating more relative power if compared to the other relevant actors of the international system.

Key words: Collective action; Game Theory; Luiz Orenstein; Offensive Realism; John J. Mearsheimer; Alliances; History of International Relations; Great Britain.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder, e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 47-58, p. 179-218.
- BREMER, S. A.; REGAN, P. R.; CLARCK, D. H. Building a science of world politics: emerging methodologies and the study of conflict. In: **Journal of Conflict Resolution**, Thousand Oaks, Sage Publications, v. 47, n. 1, p. 3-12, fev. 2003.
- CERVO, Amado Luiz. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização**. [S.l.]: Paralelo 15, [19--]. Cap. 2.
- COSTA, Sérgio Ribeiro da. Teoria dos Jogos. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 105, p. 8-10, nov./dez. 1994.

DAVIS, Morton D. **Game Theory: a non-technical introduction**. 3. ed. Mineola, NY: Dover Publications, 1997. 252p.

HERZ, John H. Idealist internationalism and the security dilemma. **World Politics**, v. 2, n. 2, jan. 1950, p. 157-180.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 675p.

KRAUTHAMMER, Charles. The unipolar moment. **Foreign Affairs**, v. 70, n. 1, (Winter 1990-1991), 1991, p. 23-33.

LAYNE, Christopher. The unipolar illusion: why new great powers will rise. **International Security**, v.17, n. 4, (Spring, 1993), p. 5-51.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. London; New York: W. W. Norton & Company, 2001. 555p.

MEARSHEIMER, John J. **Through the Realist Lens: conversation with John Mearsheimer**. [8 abr. 2002]. Entrevistador: H. Kreisler. Berkeley: University of California, 2002. [Vídeo], (58 min. 30 seg.), estéreo. (Conversations With History Series).

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999. 201p.

ORENSTEIN, Luiz. **A estratégia da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Revan: Ucam/Iuperj, 1998, 192p.

ORENSTEIN, Luiz. Do mal ao bem coletivo: jogos de tempo e a possibilidade de cooperação. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, 1993, p. 63-88.

TUCHMAN, B. Um único soldado inglês... In: TUCHMAN, Barbara. **Canhões de agosto**. Rio de Janeiro: Objetiva, [1962] 1994. Cap. 4, p. 51-65.

VARIAN, Hal R. A Teoria dos Jogos. In: VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos**. São Paulo: Campus, 2003. Cap. 28, p. 535-549.

WALTZ, Kenneth Neal. **Man, the state and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, [1959] 2001. 263p.

WALTZ, Kenneth Neal. **Theory of international politics**. Boston: McGraw-Hill, 1979. 251p.

WATSON, Adam **The evolution of international society**. London; New York: Routledge, 1992. 337p.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. 2. ed. Brasília: UnB, IPRI, 2002. 329p.

WILLS JR., J. E. Uma briga de família e uma revolução gloriosa. In: WILLS Jr., John Elliot. **1688: o início da era moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. Cap.15, p. 224-240.

WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. **International Security**, v. 24, n. 1, (Summer 1999), p. 5-41.